

RELAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO

Sara Deolinda Pimenta¹

1 – O CONCEITO DE GÊNERO

Gênero é a **construção social do sexo** anatômico e nos ajuda a compreender os comportamentos de homens e mulheres, as diferenças e desigualdades existentes entre eles, como também nos ajuda a compreender a dinâmica relacional na família, nas instituições e na sociedade.

O sexo refere-se às características físicas, biológicas, anatômicas e fisiológicas que definem as diferenças entre mulheres e homens no seu nascimento.

Gênero refere-se à dimensão social ou à maneira de ser homem e de ser mulher que é realizada principalmente pela cultura. Homens e mulheres são produtos da realidade social, e não o resultado da anatomia dos seus corpos.

Gênero se relaciona ao significado social, cultural e político, historicamente atribuído aos sexos masculino e feminino, que por razões ideológicas ou por desconhecimento, é confundido com a categoria sexo.

É comum se utilizar a palavra gênero como sinônimo de mulher, ou então para dizer que uma determinada questão específica das mulheres é também dos homens.

A construção social do sexo (= gênero) se contrapõe ao pensamento conservador que tem se reproduzido através de posições que insistem em vincular a mulher à natureza, e o homem à cultura. Este pensamento naturaliza as diferenças e, portanto as desigualdades, como se houvesse uma essência masculina e uma essência feminina.

2 – ORIGEM DO CONCEITO DE GÊNERO

O debate sobre gênero situa-se no espaço construído pela produção teórica e lutas feministas na perspectiva de compreender, combater e superar as desigualdades sociais persistentes entre homens e mulheres. O conceito resulta, sobretudo, de uma

¹ Assessora da Secretaria Nacional de Mulheres da CONTAG

construção feminista a partir da década de 70, e passa a ser amplamente aplicado a partir dos anos 80. No MSTTR passamos a utilizar este conceito na década de 90.

As lutas feministas remontam o século XVIII, se intensificam no século XIX com foco no direito ao voto e se diversificam e se ampliam ao longo da história. No Brasil, em 1932, as mulheres conquistaram o direito ao voto.

“Não se nasce mulher, torna-se mulher.” Frase de Simone de Beauvoir (filósofa e escritora francesa) que descarta qualquer determinação “natural” para o comportamento da mulher. Esta frase faz parte de sua obra “O Segundo Sexo”, escrita em 1948, que deu novo impulso à reflexão sobre as desigualdades entre homens e mulheres nas sociedades modernas. É considerada a obra precursora do conceito de gênero e referência para o movimento feminista.

O conceito de gênero nasce de um diálogo entre o movimento feminista e suas teóricas e pesquisadoras de diversas disciplinas como – história, sociologia, antropologia, ciência política, psicanálise, demografia e outras. Ao longo de sua recente história o conceito de gênero evoluiu e passou a ser amplamente aplicado.

As lutas e a produção teórica feminista se destacaram na década de 70 e durante os anos 80 no contexto da democratização e emergência dos chamados novos movimentos sociais. Não somente expôs as diversas formas de opressão e de dominação (gênero, raça, etnia, geração, orientação sexual) como a diversidade de sujeitos políticos.

Nesse contexto, a sociologia feminista produziu a melhor teoria crítica ao revelar as múltiplas faces da dominação e opressão, a exemplo da dominação patriarcal, revelando os/as múltiplos/as protagonistas e formas diferenciadas de resistência e luta (Santos, 2001).

3 – GÊNERO COMO UMA CATEGORIA ÚTIL DE ANÁLISE

O conceito de gênero desenvolvido por Joan Scott, historiadora inglesa, compõe-se de duas proposições básicas:

- ***O gênero como elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos*** (Scott, 1995:86);
 - a) **Símbolos culturalmente disponíveis** – têm suas raízes na tradição cristã ocidental (ex: puro/impuro; luz/escuridão; inocência/pecado)
 - b) **Conceitos normativos** – enquadram o significado dos símbolos na assimetria entre os sexos, delimitando o que é próprio do homem e da mulher. Concorrem para assegurar essa delimitação as doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas e jurídicas. (Ex: brinquedos de meninos e brinquedos de meninas; os atributos diferenciados para os sexos como os homens são forte e as mulheres frágeis; os homens são do espaço público e as mulheres do espaço privado/doméstico; o trabalho produtivo é dos homens e o reprodutivo das mulheres).

É comum atribuir as desigualdades a características que estariam no corpo ou na mente de cada um. Essa busca por causas biológicas ou psíquicas para explicar as diferenças entre homens e mulheres, masculino e feminino, tem sido recorrente nas ciências biológicas. Tais explicações encobrem o longo processo de socialização que nos tornou humanos/as e encobrem, também, o processo de socialização que divide os indivíduos em gêneros distintos.
 - c) **Organização social e política** – refere-se ao âmbito das instituições que se apóiam numa concepção de sociedade e de política que reproduz as desigualdades de gênero (Ex: a família; a economia, o mercado; as políticas públicas)
 - d) **Identidade subjetiva ou identidade de gênero** - Diz respeito à percepção de ser masculino ou feminino, conforme os atributos, os comportamentos e os papéis convencionalmente estabelecidos para homens e mulheres

- ***O gênero como forma primária de dar significado às relações de poder, ou um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado*** (Scott, 1995:86).

Essa definição implica em considerar o gênero como referência, com força suficiente para significar o poder. A relação entre poder e gênero não é explícita, literalmente falando, operando em campos simbólicos. Trabalhar a dimensão de gênero implica, sobretudo em desvendar como se *estruturam a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social*. (Scott, 1995:88).

Dizer que o gênero torna-se implicado na concepção e na construção do próprio poder, significa que os papéis atribuídos socialmente a homens e mulheres integram uma hierarquia de poder que irá definir não somente o controle, mas o acesso diferenciado de homens e mulheres a recursos materiais e simbólicos.

4 - A ORDEM BINÁRIA DA SOCIEDADE

Os dualismos que caracterizam a racionalidade ocidental sob a hegemonia branca e masculina são sexistas uma vez que expressam uma relação de dominação, onde um dos pólos é sempre dominante e associado ao masculino. Assim, o binômio cultura/natureza, na sua correspondência masculino/feminino, inscreve as mulheres na ordem da natureza, excluindo-as da ordem humana, do mundo historicamente situado, da produção e da cultura.

A ênfase no domínio e controle da natureza expressa o poder sobre o feminino - a terra, a fertilidade, a reprodução, a mulher - e integra outros tantos dualismos, como público/privado, produção/consumo, campo/casa, trabalho pesado/trabalho leve, revelando o alcance da dominação masculina, que se expressa

(...) igualmente bem nos objetos, técnicas e nas práticas (...) ou ainda na organização do tempo, da jornada ou do ano agrário, e, mais amplamente, em todas as práticas quase sempre técnicas e rituais e muito especialmente nas técnicas do corpo, posturas, maneiras, porte (Bourdieu, 1995:137).

O conceito tem, portanto, um caráter predominantemente relacional, para aqueles que o concebem exclusivamente como uma relação entre sujeitos socialmente construídos em contextos históricos determinados.

A construção e imagens do masculino e feminino além de consolidar diferenças, traduzem hierarquias, referidas por Lobo (1989), como "imagens de poder"

que são historicamente situadas e diferenciadas nas culturas e nas sociedades. Os estudos sobre as relações de gênero ao explicitar as hierarquias e desigualdades, questiona as configurações de poder nas sociedades.

Na perspectiva de gênero as dicotomias produção/reprodução, esfera pública/esfera privada e outras devem ser desconstruídas uma vez que as relações de gênero se fazem presentes nas várias esferas, que se interconectam, formando uma unidade que é historicamente situada e diferenciada segundo as culturas e as sociedades.

5 – USOS DO CONCEITO DE GÊNERO

Em síntese Gênero refere-se ao conjunto de relações, atributos, papéis, crenças e atitudes que definem o que significa ser mulher ou homem na vida social.

Em geral, as sociedades se caracterizam por profundas desigualdades de gênero, expressas no poder diferenciado, atribuído a homens e mulheres, colocando estas numa posição de inferioridade. Essa situação de desigualdade encontra respaldo nas leis, políticas e práticas sociais, construídas historicamente e resulta no aprofundamento das discriminações e desigualdades no nível da classe, raça/etnia, geração, orientação sexual, e outros aspectos culturais e sócio-econômicos e políticos. Não sendo naturais, mas determinados histórica e culturalmente, os atributos e papéis relacionados ao gênero, podem ser transformados (Saffioti, 1994).

Gênero é, portanto, uma categoria de análise, uma ferramenta que permite compreender as diferenças de papéis, responsabilidades, limitações, oportunidades e desigualdades entre homens e mulheres nos diversos âmbitos, desde uma unidade familiar, a uma comunidade, país ou uma cultura.

Assim definido, gênero, adquire um duplo sentido no processo de análise das relações sociais. De um lado, como uma categoria de análise da realidade social, possibilita uma nova visibilidade social para as mulheres e expõe as diversas formas de discriminação e opressão, ao nível simbólico e material. De outro, na qualidade de categoria analítica, como um novo esquema de leitura dos fenômenos sociais que

envolvem não somente as temáticas ligadas às mulheres, mas ao desenvolvimento, à pobreza, às relações sociais e de produção (Varikas, 1989).

Na perspectiva de gênero não se opõe homem e mulher, e o alvo da luta pelo rompimento dos fatores de discriminação e subordinação da mulher não é o homem, mas a relação que se estabelece entre o que se convencionou feminino e masculino. A questão de gênero não se limita ao campo de relações entre homens e mulheres, mas também às relações que os homens travam entre si, e que mulheres travam entre si. Tal abordagem permite superar as formas simplificadas de tratar as manifestações sociais das relações entre homens e mulheres, de modo a não singularizar o seu alvo, mas antes, compreendê-las no âmbito das contradições sociais básicas: gênero, raça/etnia e classe social.

6 – DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

Falar em divisão sexual do trabalho implica em reconhecer que no mundo do trabalho há espaços e tarefas atribuídas diferentemente aos homens e às mulheres. E essa divisão integra aqueles dualismos de que falamos anteriormente que implica em relações de poder e desigualdades.

A divisão entre trabalho reprodutivo e produtivo tem sido considerada natural baseada no fato de que as mulheres geram filhos que dependem de seus cuidados. A partir disso se considera natural que as tarefas relacionadas à reprodução como o trabalho doméstico e de cuidados são também das mulheres. Em todas as sociedades foi identificada a divisão sexual do trabalho, embora variando segundo o período e contexto sócio histórico.

Somente com os questionamentos e a construção teórica do feminismo foi possível desnaturalizar essa divisão do trabalho entre os sexos e torná-la uma modalidade da divisão social do trabalho, assim como a divisão entre trabalho manual e intelectual.

A divisão sexual do trabalho, como se estrutura nas sociedades modernas (trabalho assalariado/trabalho doméstico; fábrica, escritório/família), ocorre e se consolida com o desenvolvimento do modo de produção capitalista. Remete à relação

social entre homens e mulheres, que atravessa e é atravessada pelas outras modalidades da divisão social do trabalho (Kergoat, 1989).

7 - ECONOMIA FEMINISTA

Surge com a crítica feminista à análise da situação sócio econômica das mulheres realizada pelas escolas neoclássica e marxista. A economia neoclássica ao racionalizar os papéis tradicionais dos sexos – tanto na família como no mercado de trabalho – acaba por reforçar a situação tradicional.

O marxismo, apesar de oferecer ampla e profunda análise sobre o capital e as relações sociais de produção, o fez utilizando noções consideradas neutras da perspectiva de gênero, tais como proletariado, exploração, produção, reprodução como também a suposta convergência de interesses econômicos entre homens e mulheres da classe trabalhadora (Carrasco, 1999).

A Economia Feminista dá visibilidade às mulheres na vida econômica ao analisar o trabalho doméstico, os diferentes aspectos da participação e discriminação das mulheres no trabalho, as políticas econômicas e seus efeitos diferenciados para homens e mulheres e as questões do desenvolvimento sob a ótica de gênero. A amplitude e profundidade das temáticas são possíveis com a convergência de diferentes linhas de pensamento e pelo caráter interdisciplinar dos estudos e propostas realizadas.

O trabalho doméstico é amplamente estudado, tornando visível sua importância para a economia capitalista ao garantir a reprodução da força de trabalho e não ter valor monetário. Mas a Economia Feminista vai além, ao considerar outros aspectos que não somente os de ordem econômica. Nesse sentido são incorporados os trabalhos de cuidados que em geral são realizados pelas mulheres e ampliam a noção de bem estar social.

A situação da mulher no mercado de trabalho, as discriminações que sofre em termos de ocupação, salário, qualificação, são compreendidas considerando a relação entre “esfera familiar”, “esfera mercantil” e “esfera pública”. Isso quer dizer que não é possível compreender a situação da mulher se não tomar em consideração as

restrições e condições na vida familiar e o desempenho das políticas sociais (Carrasco, 1999).

8 – OS FUNDAMENTOS DA OPRESSÃO

Duas linhas de pensamento têm buscado analisar e compreender a situação da mulher e os fundamentos da sua opressão: o feminismo radical e o feminismo socialista (Carrasco, 1999). A seguir tentamos demonstrar as diferenças entre elas:

FEMINISMO RADICAL	FEMINISMO SOCIALISTA
Ênfase nas relações patriarcais	Ênfase nas relações capitalistas
Ênfase no modo de reprodução	Ênfase no modo de produção
Sistema de gêneros	Sistema de classes
Trabalho doméstico	Trabalho assalariado
Trabalho doméstico – relações de poder patriarcal	Trabalho doméstico – benefícios do capital
Controle da família pelos homens – atividade doméstica de responsabilidade da mulher condiciona sua participação no trabalho	Subordinação das mulheres funcional ao capital, tanto na esfera da produção capitalista (produtiva) como na esfera doméstica (reprodutiva) – reduz o valor da força de trabalho e mulheres como exército industrial de reserva

Questão: como separar o que é do patriarcado do que é do capitalismo, se a realidade social é integrada?

Para as Feministas Socialistas:

VANTAGENS DO CONCEITO DE PATRIARCADO	DESVANTAGENS DO CONCEITO DE PATRIARCADO
Permite realizar uma distinção entre relações de gênero e relações de classe	Tendência a utilizar o conceito de maneira trans-histórica não contribui para a análise da realidade concreta
Evidencia a insuficiência das análises ortodoxas marxistas	Tendência à separação da teoria e prática feminista do resto dos problemas da sociedade
Afirma que a eliminação da propriedade privada e dos meios de produção não garante a aparição de uma sociedade sem desigualdades entre os sexos	

Desafio: integrar as duas abordagens para superar as insuficiências do enfoque marxista e compreender reprodução e produção como partes de um mesmo processo.

9 - CONCEITO DE PATRIARCADO ²

O Patriarcado é uma forma de organização política, econômica, religiosa e social baseada na idéia de autoridade e liderança dos homens sobre as mulheres – do marido sobre a esposa, do pai sobre a mãe e os filhos, e da linha de descendência paterna sobre a materna. O patriarcado surgiu pelo exercício do poder por parte dos homens que se apropriaram da sexualidade e reprodução das mulheres e de seu produto, os filhos, criando ao mesmo tempo uma ordem simbólica através dos mitos e da religião que o perpetuariam como única estrutura possível.

A ordem patriarcal cria uma imposição baseada no princípio do Absoluto Masculino que exclui a mulher. Em conseqüência, o registro do passado da raça

² Texto original: Explicación Abreviada del Patriarcado de Dolors Reguant; Barcelona, 2007 – versão PDF, traduzido do espanhol por Sara Pimenta)

humana que se tem escrito e interpretado é somente um registro parcial, omitindo o passado da metade da humanidade. As mulheres também têm feito história, ainda que não haja registro dela, além daquela que as mulheres têm resgatado na atualidade. As mulheres têm sido excluídas sistematicamente da tarefa de elaborar sistemas de símbolos, filosofias, ciências e leis.

Na atualidade há diferentes graus de opressão patriarcal, substancialmente diferentes segundo a evolução e desenvolvimento de cada sociedade que encontra correspondência na maior ou menor aceitação e respeito à Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada e proclamada pela Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948.

Na análise do Patriarcado há quatro aspectos que se destacam:

1 – **O Patriarcado não está ESCRITO em nossa sociedade** como o Código de Hammurabi, o Alcorão ou as Constituições dos países modernos. O Patriarcado está **INSCRITO** na sociedade e prevalece na memória coletiva universal. Assim, a palavra patriarcado está excluída da linguagem habitual.

2 – **A masculinidade é hegemônica** – a universalização do “eu” masculino é um dos fundamentos da dominação patriarcal. O homem se apresenta como um termo neutro, objetivo, sujeito universal. No processo de formação do patriarcado o homem construiu um mundo criado à sua própria imagem em detrimento da mulher, criando uma ordem de desqualificação e subordinação da mulher como natural, e, portanto invisibilizada nos seus fundamentos sociais. Está associada ao conceito de virilidade e de honra masculina, raiz da violência contra as mulheres e dos crimes em defesa da honra.

3 – **O núcleo primário da relação hierárquica homem x mulher se universaliza** reproduzindo nas assimetrias de gênero, nos dualismos que caracterizam as relações sociais, onde um dos pólos é dominante e associado ao masculino como: cultura X natureza; trabalho produtivo X trabalho reprodutivo, etc.

4.- **O Patriarcado não é irremovível** – Está inscrito na civilização humana há milhares de anos, antes da formação da propriedade privada e da sociedade de classes. Originou-se após as chamadas sociedades matriarcas e, sendo uma convenção cultural

e social, está sujeito a retificação, reforma ou substituição por outro modelo cultural e social.

- ✓ O Feminismo é considerado a antítese do Patriarcado, é um movimento social e político que busca uma mudança de paradigma global com alternativas de desenvolvimento humano e liberdade tanto para as mulheres como para os homens. Tanto neste século como nas últimas décadas do século anterior, tem sido uma das maiores revoluções dos tempos, tanto social como política e cultural.

Glossário³

Assimetrias de gênero: Desigualdades de oportunidades, condições e direitos entre homens e mulheres, gerando uma hierarquia de gênero.

Cultura: Fenômeno unicamente humano, a cultura refere-se à capacidade que os seres humanos têm de dar significado às suas ações e ao mundo que os rodeia. A cultura é compartilhada pelos indivíduos de um determinado grupo, não se relacionando a um fenômeno individual. Por outro lado, cada grupo de seres humanos, em diferentes épocas e lugares, atribui significados diferentes a coisas e a passagens da vida aparentemente semelhantes.

Gênero: Conceito formulado nos anos 1970 com profunda influência do pensamento feminista. Ele foi criado para distinguir a dimensão biológica da dimensão social, baseando-se no raciocínio de que há machos e fêmeas na espécie humana, no entanto, a maneira de ser homem e de ser mulher é realizada pela cultura. Assim, gênero significa que homens e mulheres são produtos da realidade social e não decorrência da anatomia de seus corpos.

Hierarquia de gênero: Pirâmide social econômica construída pelas relações assimétricas de gênero.

Identidade de Gênero: Diz respeito à percepção subjetiva de ser masculino ou feminino, conforme os atributos, os comportamentos e os papéis convencionalmente estabelecidos para homens e mulheres.

Movimento Feminista: Movimento social e político de defesa de direitos iguais para mulheres e homens, tanto no âmbito da legislação (plano normativo e jurídico), quanto no plano da formulação de políticas públicas que ofereçam serviços e programas sociais de apoio a mulheres.

³ Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Livro de conteúdo. Versão 2009. – Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília : SPM, 2009. Link: http://www.clam.org.br/gde/publicacoes/GDE_2009_Livro_de_Conteudo.pdf

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOURDIEU, Pierre. A Dominação Masculina. In: **Educação & Realidade**. Jul./dez. Porto Alegre, 1995. p. 133-184.
- CARRASCO, Cristina. Introdução: Para uma Economia Feminista. (Tradução do espanhol) IN: CARRASCO, Cristina (Org.). *Mujeres y Economía: Nuevas Perspectivas para viejos y nuevos problemas*. Ed. Icaria – Antrazyt. Barcelona, 1999.
- Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Livro de conteúdo. Versão 2009. – Rio de Janeiro : CEPESC; Brasília : SPM, 2009. Link: http://www.clam.org.br/gde/publicacoes/GDE_2009_Livro_de_Conteudo.pdf
- KERGOAT, Daniele. Da divisão do trabalho entre os sexos. In: HIRATA, Helena. **Divisão Capitalista do Trabalho**. Tempo Social. Departamento de Sociologia da USP. 2º sem. 1989. P. 73-103.
- LOBO, Elisabeth de Souza. Os Usos do Gênero. IN: HIRATA, Helena (org.) **Relações Sociais de Gênero x Relações de Sexo**. São Paulo: USP / Departamento de Sociologia - Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero, 1989. p.76-87.
- SAFFIOTI, Heleieth, I. B. Posfácio: Conceituando o Gênero. In SAFFIOTI, Heleieth, I. B., e MUÑHOZ-VARGAS, Monica (org.). **Mulher Brasileira é Assim**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos: NIPAS; Brasília, D.F.: UNICEF, 1994. p. 271-283.
- REGUANT, Dolors. Explicación Abreviada del Patriarcado. Barceleona, 2009. Texto PDF. (Tradução: Pimenta, SDCP)
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Crítica da Razão Indolente**: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2001.
- SCOTT, Joan. Gênero: Uma Categoria Útil de Análise Histórica. In: **Educação e Realidade**. Porto Alegre, 1995. Jul./dez. P. 71-99.
- VARIKAS, Eleni. Jornal das Damas, Feminismo no século XIX na Grécia. IN: **Relações Sociais de Gênero x Relações de Sexo**. São Paulo: USP / Departamento de Sociologia - Núcleo de Estudos da Mulher e relações Sociais de Gênero, 1989. p.46-60. (tradução da prof. Helena Hirata) mimeo.